



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Orçamento e Finanças Públicas		
Reunião: 22ª Ordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 17/7/24		
Horário de início: 13h8min		Horário de encerramento: 13h16min
Local: Plenário Helvécio Arantes		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

## ABERTURA

Sob a presidência da vereadora Loíde Gonçalves, que registrou a presença remota da vereadora Marilda Portela e dos vereadores Cleiton Xavier e Juninho Los Hermanos, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, a presidenta declarou abertos os trabalhos.

## ORDEM DOS TRABALHOS

## COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, a presidenta comunicou a aprovação da Ata da 21ª Reunião Ordinária, realizada em 10/7/24.

## DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.694/24 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,” para “obter informações sobre o andamento das emendas impositivas aprovadas na Lei do Orçamento Anual dos anos de 2022, 2023 e 2024”. Autoria: Irlan Melo.

Aprovado por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 1.695/24 - pedido de informação ao “prefeito



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

de Belo Horizonte, Fuad Noman,” para “obter informações sobre o orçamento previsto para o pagamento dos Agente de Combate às Endemias (ACE) e dos Agente Comunitário de Saúde (ACS)”. Autoria: Irlan Melo.

Aprovado por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 1.696/24 - pedido de informação ao “prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman,” para “obter informação sobre os créditos suplementares de R\$308.202.506,43 (trezentos e oito milhões, duzentos e dois mil, quinhentos e seis reais e quarenta e três centavos) para a concessão da remuneração complementar ao sistema municipal de transporte público por ônibus”. Autoria: Irlan Melo.

Aprovado por unanimidade.

EM SEGUNDO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 768/23 - “Altera o artigo 117 da Lei 11. 416, de 3 de outubro de 2022, garantindo às pessoas com deficiência visual e auditiva o direito de terem transcrição para o Braille e auxílio leitor nas provas de concursos públicos promovidos pela administração direta e indireta”. Autoria: Maninho Félix e Marcos Crispim.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Loíde Gonçalves, pela aprovação da Emenda nº 1.

### **ENCERRAMENTO**

Nada mais havendo a ser tratado, a presidenta declarou encerrados os trabalhos.



<b>ATA APROVADA</b>
Distribuição para impugnação: 17/7/24
Comunicação de aprovação:
Presidenta/Presidente